



**Capital, precarização do trabalho docente e pandemia**  
*Capital, precariousness of teaching work and pandemic*  
*Capital, precarización del trabajo docente y pandemia*

*Ivanyr Nayara Mascena Veras<sup>1</sup> e Mateus Ferreira de Almeida Lima<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O sistema capitalista é inerentemente precário, pois, o capital está sempre reestruturando os processos de exploração do trabalho. Isso levou à terceirização, informalidade, flexibilidade e intensificação do trabalho, que expôs a destrutividade motriz do capital sobre a força humana de trabalho, que incluem as universidades públicas e, conseqüentemente, os docentes. Neste viés, a presente pesquisa teve por objetivo principal investigar, por meio de ampla bibliografia, a precarização do trabalho docente do ensino superior público, visando evidenciar a acentuação do adoecimento mental dos docentes durante a pandemia de Sars-COV-2. Considerando o objetivo, utilizou-se a pesquisa explicativa com o intuito de estabelecer uma melhor relação com o tema. Ademais, o método materialista dialético e a abordagem qualitativa como escopo fundamental para análise da precarização do trabalho docente. Diante do método e da abordagem, a técnica de pesquisa adotada foi bibliográfica, cujas plataformas utilizadas foram SciELO, LILACS e PubMed, com os descritores “trabalho”, “precarização” e “saúde do(a) docente” com o operador booleano “AND”. Referente aos livros, buscaram-se autores de referência para o Serviço Social, como Ricardo Antunes, Graça Druck e Selligman-Silva. Com efeito, os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas que valorizem o trabalho docente e garantam condições adequadas de trabalho, bem como para a importância de se investir em estratégias de prevenção e tratamento do adoecimento mental dos docentes.

**Palavras-chave:** Adoecimento; Capital; COVID-19; Docente; Precarização do Trabalho.

**ABSTRACT:** The capitalist system is inherently precarious, because capital is always restructuring the processes of labor exploitation. This led to outsourcing, informality, flexibility and intensification of labor, which exposed the driving destructiveness of capital over the human labor force, which includes public universities and, consequently, teachers. In this bias, the present research aimed to investigate, through extensive bibliography, the precariousness of the teaching work of public higher education, aiming to highlight the accentuation of mental illness of teachers during the pandemic of Sars-COV-2. Considering the objective, we used the explanatory research in order to establish a better relationship with the theme. In addition, the dialectical materialist method and the qualitative approach as a fundamental scope for analyzing the precariousness of teaching work. Given the method and approach, the research technique adopted was bibliographical, whose platforms used were SciELO, LILACS and PubMed, with the descriptors "work", "precariousness" and "health of the (a) teacher" with the Boolean operator "AND". Regarding the books, reference authors were sought for Social Work, such as Ricardo Antunes, Graça Druck and Selligman-Silva. In fact, the results point to the need for public policies that value the teaching work and ensure adequate working conditions, as well as the importance of investing in strategies for prevention and treatment of mental illness of teachers.

**Keywords:** Illness; Capital; COVID-19; Teacher; Precariousness of Work.

**RESUMEN:** El sistema capitalista es inherentemente precario, pues el capital está siempre reestructurando los procesos de explotación del trabajo. Esto llevó a la externalización, informalidad, flexibilidad e intensificación del trabajo, que expuso la destructividad motriz del capital sobre la fuerza humana de trabajo, que incluyen las universidades públicas y, conseqüentemente, los docentes. En este sesgo, la presente investigación tuvo por objetivo principal investigar, por medio de amplia bibliografía, la precarización del trabajo docente de la enseñanza superior pública, buscando evidenciar la acentuación de la enfermedad mental de los docentes durante la pandemia de Sars-COV-2. Considerando el objetivo, se utilizó la investigación explicativa con el fin de establecer una mejor relación con el tema. Además, el método materialista dialéctico y el abordaje cualitativo como alcance fundamental para el análisis de la precarización del trabajo docente. Delante del método y del abordaje, la técnica de investigación adoptada fue bibliográfica, cuyas plataformas utilizadas fueron SciELO, LILACS y PubMed, con los descriptores

<sup>1</sup>Graduada em Serviço pela Universidade Federal de Campina Grande;

<sup>2</sup>Graduado em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande;

"trabajo", "precarización" y "salud del(a) docente" con el operador booleano "AND". Referente a los libros, se buscaron autores de referencia para el Servicio Social, como Ricardo Antunes, Graça Druck y Selligman-Silva. En efecto, los resultados apuntan a la necesidad de políticas públicas que valoricen el trabajo docente y garanticen condiciones adecuadas de trabajo, así como a la importancia de invertir en estrategias de prevención y tratamiento de la enfermedad mental de los docentes.

**Palabras clave:** Enfermedad; Capital; COVID-19; Docente; Precarización del Trabajo.

## INTRODUÇÃO

O sistema capitalista é inerentemente precário, pois, o capital está sempre reestruturando os processos de exploração do trabalho. Isso levou à terceirização, informalidade, flexibilidade e intensificação do trabalho, que expôs a destrutividade motriz do capital sobre a força humana de trabalho. Neste sentido, as universidades públicas não estão isentas dessa dinâmica de reestruturação produtiva, e os docentes são os que mais sofrem com a precarização do trabalho. Isso se deve a vários fatores, como baixos salários, jornada de trabalho exaustiva e falta de condições adequadas de trabalho. Ademais, a pandemia de Sars-Cov-2 agravou ainda mais a situação dos docentes, pois, eles foram obrigados a trabalhar remotamente, o que aumentou o seu estresse e a sua carga de trabalho.

Para tanto, esta pesquisa teve por objetivo principal investigar, por meio de ampla bibliografia, a precarização do trabalho docente do ensino superior público, visando evidenciar a acentuação do adoecimento mental dos docentes durante a pandemia de Sars-COV-2.

Diante do objetivo, define-se esta pesquisa como explicativa, pois, detém o objetivo de identificar os fatores que determinam e/ou contribuem para ocorrência/incidência do fenômeno estudado, buscando aprofundar o conhecimento da realidade e o motivo fundante dos acontecimentos (GIL, 2002). Quanto ao método utilizado, a pesquisa se utiliza do método materialista dialético, que nas palavras de Richardson (2012) é regido pela lei de unidade e luta dos contrários, mediada ao princípio da conexão universal, bem como pela lei da transformação da quantidade em qualidade, atrelada ao princípio da conexão universal dos objetos e fenômenos.

Considerando o método, adotou-se para pesquisa uma abordagem qualitativa. Para tanto, segundo Hernández-Sampieri e Torres (2018), a pesquisa qualitativa se concentra na compreensão dos fenômenos, explorando-os da perspectiva dos participantes em seu ambiente natural e em relação ao contexto. Para desvelar a realidade estudada e uma melhor apropriação do objeto de estudo, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, visando favorecer o arcabouço teórico metodológico de compreensão do objeto da pesquisa.

Quanto à pesquisa bibliográfica, afirma Gil (2002) que está desenvolvida com base em material elaborado previamente, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Tratando-se dos artigos científicos, realizou-se o levantamento bibliográfico mediante plataformas como SciELO, LILACS e PubMed, com os descritores “trabalho”, “precarização” e “saúde do(a) docente” com o operador booleano “AND”. Referente aos livros, buscaram-se autores de referência para o Serviço Social, como Ricardo Antunes, Graça Druck e Selligman-Silva, cuja visão crítica norteia as pesquisas sobre a precarização do trabalho, bem como atendem ao movimento empreendido na pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1999).

## **O CAPITAL E PRECARIZAÇÃO**

A classe trabalhadora está determinada aos processos de exploração advindos do sistema capitalista juntamente com as expressões do neoliberalismo, sendo eles o aumento do ritmo de produção, a retração de direitos trabalhistas, os acréscimos na jornada de trabalho e o sistema de metas que acabaram por suceder o surgimento de problemas físicos e mentais sobre os(as) trabalhadores(as).

Assim, a sua mercadoria (sua força de trabalho) é extraída do proletariado, sendo que tudo o que é produzido, é apropriado pelos detentores dos meios de produção. Nesta relação entre capital e trabalho, conforma-se uma lógica desigual, vale dizer: “Primeiro: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. [...] segundo: o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador” (ANTUNES, 2004, p. 39). Nesse contexto, o(a) trabalhador(a) não se reconhece como produtor da mercadoria, tendo apenas sua força de trabalho utilizada para compor a taxa de lucro.

Assim, de acordo com Antunes (2004), é por meio do trabalho explorado que o capitalismo se sustenta, sendo mediado pela divisão das classes sociais, na qual uma é detentora dos meios de produção, enquanto a outra classe é responsável por produzir riquezas por meio da exploração da sua força de trabalho.

O capital como portador de um processo predatório e autofágico impõe ao mundo do trabalho uma profunda escalada em que a reorganização em torno dos processos produtivos torna-se pedra de toque, reatualizando a velha exploração da força de trabalho, repondo, na atualidade, novos contornos desta exploração, reestabelecendo, a partir de novas bases, o conflito entre capital e trabalho. [...] A expressiva queda da taxa tendencial de lucro, associado ao esgotamento do padrão rígido de acumulação centrado no modelo taylorista/fordista de produção, mediado por uma hipertrofia da esfera financeira, provocou a presença de uma gigantesca concentração de capitais, além da presença da crise do welfare state nos países centrais e o crescente volume e incremento acentuado sob o signo da desestatização do bem público acarretando a conformação da reestruturação produtiva sob novas bases (FRANÇA JUNIOR, 2018, p. 59).

Neste sentido a crise do fordismo vem expondo os problemas existentes no modelo de produção, o que ocasiona, estoques cheios e padronizados, encarecimento da produção e bens duráveis. Diante destes problemas, passa a vigorar o modelo de produção toyotista, que trouxe consigo novas formas de produzir, reduzindo os estoques, produzindo mediante a demanda, nesse processo de transição, o(a) trabalhador(a) são impactados pelos efeitos do capital, sendo utilizados somente quando necessário, contribuindo para a maximização dos lucros. Esta nova realidade impactou diretamente os(a) trabalhadores(as), já que impôs alterações no processo produtivo, acentuando superexploração da força de trabalho, fragmentando cada vez mais a relação entre o homem e o objeto por ele produzido.

Ademais, a acumulação flexível, segundo Harvey (1992, p. 140), "caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional". Dessa forma, o modelo tradicional abre espaço para a flexibilização da produção, que atende as demandas do mercado e deixa de lado os grandes estoques de produtos. Existe também o desenvolvimento da "*Lean Production*" e as formas de horizontalização do trabalho, assim intituladas por Antunes (2004), que propiciam a desconcentração do espaço físico e inserção das máquinas informatizadas, reduzindo cada vez mais o proletariado estável, de modo que, assim como o trabalho sofre modificações, os(as) trabalhadores(as) também se transformam para se adequar a essas mudanças, além de ocorrer uma complexificação nos desafios sócio-políticos.

Essas transformações no mundo do trabalho, submetem os(as) trabalhadores(as) a condições instáveis de remuneração, atuação profissional e espoliação de direitos trabalhistas. Deste modo,

Parte-se, portanto, da caracterização de uma nova fase do capitalismo contemporâneo, também denominado de flexível [...] ou de acumulação flexível [...]. E, nessa denominação, já está subjacente a compreensão de que o sistema capitalista, em seu desenvolvimento histórico, sofreu transformações significativas – especialmente no campo do trabalho e das lutas dos trabalhadores – que redefiniram a sua configuração, mesmo que mantivessem sua essência como um sistema cujas relações sociais se assentam sobre o trabalho assalariado, ou seja, pela apropriação do trabalho pelo capital, através da compra e venda da força de trabalho no mercado, independentemente das formas de contrato existentes ou predominantes (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 41).

Ademais, a necessidade de sobrevivência em meio ao exército industrial de reserva, leva esses(as) trabalhadores(as) a aceitar essas condições extenuantes de trabalho, buscando assegurar os mínimos sociais, além de se submeterem a condições propícias ao adoecimento mental e físico.

Outrossim, o perfil do(a) trabalhador(a) também passa por processos de modificação, o operariado fabril que antes baseava-se no modelo taylorista/fordista é levado a não se adequar aos avanços tecnológicos e a reestruturação produtiva, que de um lado superqualifica uns e desqualifica outros, bem como constrói o modelo de trabalhador polivalente capaz de realizar diversas atividades, reduzindo as vagas de emprego e conseqüentemente aumentando o número de indivíduos no exército industrial de reserva, assim, segundo Sennett (1999), a natureza flexível do capitalismo também gera processos de ansiedade nos indivíduos, visto que eles encontram-se alienados perante essas mudanças.

Assim, inicia-se novas formas de cultura e ações políticas de cunho neoliberal no mundo do trabalho, flexibilizando as estratégias de produção através das novas tecnologias e modificações nas condições e relações de trabalho, além da relação do Estado com a população.

Para Lessa (2012), a alienação e o trabalho se interpõem a partir de uma densa malha de mediações sociais que desempenham um papel decisivo em sua consubstanciação a cada momento histórico, sendo o ponto médio entre a alienação e o trabalho a categoria valorativa, oriunda da precarização de trabalho e geradora da alienação, que torna alheia a coisa ao produtor. Não obstante, destaca Lessa (2012) que a condição de alienação e trabalho possuem relação íntima, não sendo, sob circunstância alguma, separada tampouco eliminada.

Ademais, embora a mitigação do discurso neoliberal tenha difundido que “estamos todos juntos”, o caos pandêmico expôs rapidamente a divisão de classes perante a assistência e direitos básicos. Aqueles que dispunham de bons planos de saúde e que tinham a opção de se resguardar em suas residências, encontravam-se seguros diante das ameaças, enquanto trabalhadores(as) informais, de baixa renda e desempregados tinham que escolher entre tentar assegurar a renda mensal ou se proteger da doença, e quando eram infectados submetiam-se ao sistema de saúde pública que se encontrava em colapso, com filas enormes, falta de insumos e profissionais à beira da exaustão.

Desse modo,

Esta “nova classe trabalhadora” está na vanguarda e suporta o peso de ser a força de trabalho que corre maior risco de contrair o vírus através de seus empregos ou de ser demitida injustamente por causa da retração econômica imposta pelo vírus. Há, por exemplo, a questão de quem pode e quem não pode trabalhar em casa. Isto agrava a divisão social, assim como a questão de quem pode se isolar ou ficar em quarentena (com ou sem remuneração) em caso de contato ou infecção (HARVEY, 2020, P.21).

A pandemia por sua vez, intensificou esses problemas, devido à crise econômica e sanitária instaurada no mundo, paralisando os processos de produção, já que a forma motriz dessas atividades, que são os(as) trabalhadores(as), tiveram que parar suas funções de forma

abrupta, para isso, foi necessário repensar e readaptar as formas de atividade e horários de trabalho, buscando adaptação para o “novo normal”.

## **OS REFLEXOS DA PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE DURANTE A PANDEMIA**

Os(as) professores(as) inseridos na categoria de trabalhadores assalariados, também sofreram diretamente com esses impactos, tendo sobrecarga de trabalho, processos de adaptação, além de se reinventar para manter o processo de ensino e aprendizagem, bem como a ligação entre professor e aluno.

Posto isso, a jornada de trabalho deixou de se restringir ao horário comercial e passou a se estender por longas horas, além de que o ambiente de trabalho e ambiente familiar passaram a coexistir, a sala de casa passou a ser sala de aula dando assim início ao home office e ao popularmente conhecido ensino remoto. Para isso, os(as) professores(as) passaram a realizar suas tarefas de forma até então inovadora, utilizando aparatos tecnológicos e plataformas digitais sem o devido preparo ou a disponibilização de condições materiais para esse fim. Neste caminho,

Os oportunistas de plantão - setores privatistas e eadistas, inclusive no interior das universidades públicas, têm aproveitado a conjuntura atual para arregimentar a educação aos ditames do mercado e da modalidade à distância, defendendo o que julgam como potencialidades do ensino remoto, de seu aspecto democrático e inclusivo, das ferramentas tecnológicas como facilitadoras do processo ensino-aprendizagem. Buscam uma sedução da sociedade em geral e o convencimento das comunidades acadêmicas de que é preciso se reorganizar, reinventar novas estratégias pedagógicas e se render ao “novo normal” (PONTES; FERREIRA PORTES; SECCO FAQUIN, 2021, p. 6-7).

Neste viés, o ensino remoto é apresentado pelo mercado como a uma dinâmica pedagógica, que nas palavras de Pontes; Ferreira Portes; Secco Faquin (2021) induz o fetiche das ferramentas, das tecnologias e das plataformas digitais como a grande saída, desconsiderando a complexidade do cotidiano. Por este motivo, o modelo de ensino remoto não apresentou a eficácia esperada e por isso não foi aceito de forma positiva, visto que esse modelo de ensino apresenta fragilidades, o que propicia o enfraquecendo das formas de aprendizagem e a qualidade do ensino. Assim, segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

As propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem (ABEPSS, 2021, p. 4).

É necessário problematizar criticamente o ensino remoto, reconhecendo seu significado e suas implicações para o processo de formação profissional, além de considerar o conjunto de questões que impactam o processo de ensino e a aprendizagem, visto que esse modelo de ensino apresenta limites pedagógicos na interação entre os sujeitos, contribuindo para suas fragilidades e inconsistências. Tais limitações são induzidas pelo capital no processo de “plataformização da educação”, que ocorre pela intensificação e massificação das plataformas digitais na educação, sem evidenciar as limitações e riscos presentes (PORTES; FERREIRA PORTES; SECCO FAQUIN, 2021). Grohmann (2019), versando sobre plataformização, destaca que o processo é caracterizado, sobretudo, pela totalização da racionalidade neoliberal.

Ademais, a presença do modelo econômico neoliberal, favorece a dedicação exclusiva dos(as) trabalhadores(as), normatizando as horas excessivas de trabalho, a cobrança por conhecimento científico, além do desenvolvimento de funções administrativas, aumentando as demandas e corroborando para a precarização das condições de trabalho, bem como, propicia o surgimento de problemas físicos e mentais relacionados ao trabalho, dentre as patologias que acometem os(as) trabalhadores(as), segundo Caldas et al. (2021) podemos destacar as mais comuns que são a síndrome de Burnout, estresse ocupacional e depressão, entre outras doenças mentais e comportamentais de um modo geral.

Também são comuns, ansiedade, depressão, doenças respiratórias, problemas musculares, dentre outras que podem ser desenvolvidas mediante as condições precárias de trabalho que impedem os(as) professores(as) de desempenhar seu trabalho com sua saúde assegurada.

A precarização do trabalho docente é um fato real e traz prejuízos não só para o trabalho em si, mas também para vida social, afetiva e, por conseguinte, para a saúde mental do profissional. Tal fenômeno deve ser visto de forma transdisciplinar (MOURA et al., 2019, p.12).

É necessário levar em consideração um conjunto de fatores e condições de precarização do trabalho docente, além das responsabilidades e demandas. Acrescenta-se a isso o alto nível que o trabalho exige, as necessidades de estar sempre atualizado, bem como a carga emocional imposta. Essa categoria que já sofria com os processos de precarização passou por um processo de agudização desses problemas, de modo que a atuação profissional se tornou cada dia mais desafiadora, levando esses profissionais a entrarem em processo de adoecimento mental e exaustão.

Em pesquisa realizada por Lyra (2022) no Instituto Nova Escola, juntamente com professores(as) da rede estadual, federal e municipal do país, aliado ao Instituto Ame sua Mente, constatou-se que 8.4% desses profissionais atestam estar com péssimas condições psíquicas, enquanto 13.0% atestam condições ruins de saúde mental. Ademais, a pesquisa também constatou que entre as regiões que apresentam maior incidência de casos considerados ruins ou péssimos, destaca-se o Centro-Oeste com 23.6%, Sudeste com 21.2% e Sul com 24.2% dos casos. Segundo a pesquisa, houve uma queda na proporção de educadores que consideraram a própria saúde mental como ruim ou péssima nos anos de 2020 e 2021, no entanto, o medo de retornar para a sala de aula triplicou no ano de 2022.

Para os entrevistados, a pandemia desencadeou problemas na rotina e no comportamento desses indivíduos, onde 48.1% alegaram baixo rendimento ou cansaço excessivo, 41.1% problemas com o sono, 60.1% sentimentos frequentes de ansiedade e 36.5% demonstraram sentimentos intensos de tristeza e fraqueza, além disso, 74% do(a)s professore(a)s entrevistados acreditavam que essas consequências permaneciam mesmo após a pandemia.

Isso indica um aumento significativo de problemas mentais durante a crise sanitária, esses(as) profissionais mesmo não se reconhecendo em processo de adoecimento, conseguiram identificar problemas de saúde que surgiram mediante o trabalho e sua precarização em meio à crise, assim como percebem que ainda carregam sequelas desse processo.

## CONCLUSÃO

A precarização do trabalho docente nas universidades públicas é um fenômeno inerente ao sistema capitalista, sendo agravado pela pandemia de Sars-Cov-2. Através de uma ampla bibliografia e da utilização do método materialista dialético, esta pesquisa identificou os fatores que contribuem para a precarização do trabalho docente, bem como evidenciaram a acentuação do adoecimento mental dos docentes durante a pandemia.

Com efeito, os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas que valorizem o trabalho docente e garantam condições adequadas de trabalho, bem como para a importância de se investir em estratégias de prevenção e tratamento do adoecimento mental dos docentes. Assim, é possível destacar as constantes transformações ocorridas nas instituições de ensino para atender as demandas governamentais que estavam associadas às alterações nas práticas pedagógicas que vieram com a transição do ensino presencial para o remoto.

É necessário pontuar que o cuidado com a saúde mental dos(as) educadores(as) precisa ser abordado como elemento crucial na elaboração de políticas públicas para modificar as

condições de trabalho, traçando ações e estratégias que visem mitigar os impactos das modificações do mundo do trabalho e das implicações psicológicas provenientes da pandemia.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (Org). **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/387687601/Ricardo-Antunes-Dialectica-do-Trabalho>. Acesso em: 12-08-2022.

FRANÇA JUNIOR, R. P.. **A "odisseia do ser social": o mundo do trabalho nas produções científicas no serviço social brasileiro**. 2018. 357 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193468>. Acesso em: 31 maio 2023.

HARVEY, D.. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural: Acumulação flexível. São Paulo: Loyola, 1992.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E.. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229–248, jul. 2010.

PORTES, L. F.; FERREIRA PORTES, M.; SECCO FAQUIN, E.. O Ensino remoto emergencial e as suas implicações para a formação profissional de Assistentes Sociais: A experiência do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – PR (Emergency remote teaching and its implications for the ...). **Emancipação**, [S. l.], v. 21, p. 1–23, 2022. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2118186.034. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/18186>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SENNETT, R.. **A Corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LESSA, S.. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3.ed. rev. cor. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **A formação em serviço social e o ensino remoto emergencial**, Brasília, 2021. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611\\_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf). Acesso em: 20-08-2022.

CALDAS, F. B. et al. Saúde mental e trabalho na universidade pública: uma revisão sistemática / Mental health and work at the public university: a systematic review. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 81–96, 1 jan. 2022.

MOURA, J. S.; RIBEIRO, J. C. de O. A.; CASTRO NETA, A. A. de; NUNES, C. P.. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 01–17, 2019. DOI: 10.31496/rpd.v19i40.1242.

Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>. Acesso em: 19 mai. 2023.

LYRA, T.. Nova Escola. **Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022.** São Paulo, 10 out. 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022>. Acesso em: 22 fev. 2023.